

OPINIÃO

Na Venezuela, meios de comunicação apoiaram um golpe contra Hugo Chávez, em 2002. Agora, Chávez retaliou a RCTV. Você concorda que governos limitem o poder da mídia?

Fotos: ADRIANA GARCIA



Ada Cristina Machado Silveira, 45, professora do departamento de Ciências da Comunicação, coordenadora do curso de Comunicação Social

“Eu acho lamentável essas situações, onde os governos tenham a possibilidade de intervir diretamente nas concessões ou no cancelamento dessas. No entanto, o caso da Venezuela é uma questão bastante complexa.

Porque foi muito forte o apoio que grande parte da mídia daquele país e também da internacional, dentre elas, a brasileira também, deram à articulação do golpe contra o governo Chávez, em 2002. Nessa situação, o governo se viu bastante refém da atuação da mídia. Infelizmente, a nossa democracia não atingiu ainda um patamar, onde a deliberação sobre a concessão não passe por canais legislativos e que ela se restrinja a ações do poder Executivo. Contudo, as concessões são processos viciados e presos ao lobismo. Portanto, não é uma democracia”.

Francine Athaide Cadore, 23, estudante do 7º semestre do curso de Jornalismo

“Limite, é uma palavra muito forte para ser usada nessa questão. Eu lembro do debate sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo, nós conversamos sobre isso em sala de aula e alguns professores viam isso com forma de censura, limitando a rotina produtiva do jornalista. Então, limitar não cabe ao governo e a nenhum órgão, porque a mídia tem o papel do quarto poder, de legitimar e também fiscalizar aquilo que está sendo feito pelos outros poderes. Mas eu acredito que tem que ser feito como Conselho aqui no Brasil, para que toda a categoria se fortaleça, se sindicalize e que possa cada vez mais fazer matérias verídicas, críticas e preocupadas com o lado social. Agora, a intervenção do governo na prática jornalística, é voltar à censura que nós brigamos e lutamos tanto para acabar. Isso barra o código de ética. Então que todo mundo tenha bom senso e ética”.



Marilaine Pozzatti Amadore, 37, professora do departamento de Artes Visuais

“Eu sou a favor da liberdade de imprensa, não sou a favor da censura, mas tem que se pensar que critérios para as emissoras. Por exemplo, a erotividade e o consumismo exacerbados em programas que têm como público-alvo as crianças. Isso é muito pouco discutido. Também

falam da regulamentação dos pais, mas esses programas são diurnos. Nós devemos pensar no bom senso, quanto à violência, que passa escancarada em filmes em plena tarde, em rede nacional. Será que não deveria pensar em uma programação mais educativa? Isso sim deve se discutir. Mas deve haver liberdade dos meios de comunicação”.

Proposta de tabela salarial entregue pelo sindicato ao MEC

Arquivo: ANDES/SN

Representantes do ANDES-SN entregaram no dia 6 de junho, ao secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota, a proposta de tabela salarial aprovada na última reunião do setor das federais. A proposta prevê a adoção de uma política salarial que incorpore as gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995. Mota ouviu os dirigentes do Sindicato Nacional e disse que constituirá uma comissão para estudar a proposta.

Pela proposta do ANDES-SN, a remuneração total do Auxiliar 1, graduação, 20 horas, passa a ser o vencimento para a recomposição das malhas salariais das carreiras de 1º, 2º e 3º grau e são consideradas incorporadas a VPI e as gratificações (GAE, GED e GEAD), com suas respectivas extinções. Para a montagem das malhas, o sindicato propõe a aplicação da estrutura vigente em janeiro de 1995, com os mesmos percentuais para as duas carreiras, acrescida das classes de associado e especial nos termos atuais.

Mota disse que, no governo, “a idéia da incorporação (das gratificações) não é tranquila, mas também não é impossível”, e ressaltou que qualquer negociação deve envolver o Ministério do Planejamento, que tem a palavra final na liberação de recursos financeiros. “Não estamos fugindo do papel de interlocutor entre o ANDES-SN e o governo, mas queremos negociar de forma unificada (com o Ministério do Planejamento) para pouparmos constrangimentos quando formos levar a proposta à área financeira do governo”, declarou o secretário.

O Presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, deixou claro que o Sindicato Nacional luta pela valorização real dos docentes, o que é viável por meio da reestruturação da carreira e da malha salarial. Almir



Mota, ao fundo, em audiência com dirigentes do sindicato

Serra Martins Filho, 3º Vice-Presidente do ANDES-SN, entregou ao ministro uma breve comparação entre os salários pagos aos professores universitários e outros servidores públicos federais, como delegado da Polícia Federal e juizes federais, cujas remunerações iniciais são de R\$ 1.397,87, R\$ 20,8 mil e R\$ 19,3, respectivamente. Ronaldo Mota disse que há uma preocupação com a desvalorização salarial dos docentes no governo federal e uma disposição para melhorar a situação.

CONCURSO- Ronaldo Mota informou aos dirigentes do ANDES-SN que a maioria das vagas dos concursos públicos que serão realizados até o final do ano se destina à área da educação. Segundo ele, serão contratados 2.871 professores. Desses, 888 preencherão vagas de aposentados. “Isso resolve plenamente a demanda de expansão para 2008”, afirmou. Ainda segundo ele, a portaria que autoriza os concursos destina 10% do quadro de vagas para professores titulares.

Principais pontos da tabela proposta

1. Definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995.
2. Isonomia entre GED e GEAD pelos seus valores máximos.
3. Incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico.
4. Isonomia do vencimento básico entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau;
5. Isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau.
6. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
7. Incorporação da VPI – (Vantagem Pecuniária Individual).

(Fonte: ANDES-SN)

Governo reajusta CCs federais

A notícia de que o governo Lula reajustou as gratificações dos servidores DAS, ou seja, ocupantes de cargos comissionados (CCs), foi dada com destaque pela imprensa. Vários veículos de comunicação procuraram o ANDES-SN para ouvir a opinião do sindicato sobre o “reajuste para os professores”, como estavam entendendo. Paulo Rizzo, Presidente do ANDES-SN, afirmou: “para os servidores comuns, que não ocupam cargos comissionados, um reajuste só virá como muita mobilização”. Rizzo lembra que “primeiro houve reajuste para os parlamentares, depois, para o Presidente da República e os ministros, agora,

para os cargos de confiança”.

O reajuste para os comissionados varia entre 37,93% e 60,47% e foi concedido por meio da Medida Provisória 375 encaminhada na sexta, 15, ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. A Medida Provisória eleva a remuneração, a partir de primeiro de junho, de 21.563 cargos comissionados, dos quais 4.682 mil (21,75%) são de livre provimento, “para corrigir distorção salarial e estimular a permanência de profissionais qualificados na administração pública”, explica o Ministério do Planejamento.

“Reajuste dos professores, só com mobilização”
(Paulo Rizzo)